

Microcrédito: breves considerações sobre o CEAPE de Feira de Santana

Ualace Roberto de Jesus Oliveira¹

¹ Graduado em Economia. Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. E-mail: ualacejesus@bol.com.br

RESUMO: Num contexto social adverso, marcado pelo desemprego e outras mazelas sociais o microcrédito se torna uma ferramenta importante, sendo capaz de interferir positivamente na sociedade gerando emprego e renda para milhares de pessoas. Com metodologias específicas o microcrédito pode inseri-las no sistema de crédito, além de ser capaz de promover ascensão social e melhoria na condição de vida delas. Nesse estudo o alvo da pesquisa foi Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE), posto Feira de Santana, com base nos de 2008 a 2012. Nesse processo foi feita uma entrevista junto ao gerente da instituição. Dentre outras questões, direcionou-se a análise do estudo para observar algumas dificuldades vivenciadas pelo CEAPE. Constatou-se que, embora a referida instituição desempenhe um papel social muito importante para seus clientes, a mesma tem apresentado algumas dificuldades, e estas são decorrentes de questões burocráticas. No estudo, confirma-se a hipótese que afirma que o microcrédito é uma importante ferramenta para promover ascensão socioeconômica de indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: Aval solidário; Crédito; Social.

Microcredit: brief considerations on CEAPE of Feira de Santana

ABSTRACT: An adverse social context, marked by unemployment and other social ills, the microfinance becomes an important tool that can positively affect the company generating jobs and income for thousands of people. With specific methodologies microcredit can insert people in the credit system, besides being able to promote social mobility and improvement in their living conditions. In this study the aim of the research was Support Center for Small Enterprises (GPP), Feira de Santana put, based on 2008 to 2012. In this process, an interview was conducted with the manager of the institution. Among other things, directed the analysis of the study to observe some difficulties experienced by the GPP. It was found that while the institution plays an important social role for its customers, it has presented some difficulties, and these are due to bureaucratic issues. In the study confirms the hypothesis which states that microfinance is an important tool to promote social and economic rise of individuals who are socially vulnerable.

Keywords: Solidarity Aval; Credit; Social.

1 INTRODUÇÃO

Embora o desenvolvimento das forças produtivas tenha propiciado aos centros dinâmicos da economia capita-

lista progresso técnico e material, contribuiu também para o aprofundamento das desigualdades entre países ricos e pobres, uma vez que esse processo não ocorreu de modo uniforme. Com o

fim do paradigma keynesiano o papel do Estado da economia é revertido e, assim, o “Welfare State” cedeu espaço ao neoliberalismo econômico. Vale destacar que os efeitos deletérios desse processo foi mais notório nos países subdesenvolvidos, e a experiência brasileira é a prova cabal de tal fato. O processo de substituição de importações capitaneado pelo Estado foi substituído pela “mão invisível” do mercado, evento que provocou repercussões desastrosas. O ingresso do país no neoliberalismo através dos planos de estabilização monetária, austeridade fiscal, abertura abrupta da economia ao mercado externo e elevação das taxas de juros provocaram efeitos deletérios sobre a classe média e sobre grupos de estrato inferior de renda, gerando questões como desemprego e informalidade.

Mas é nesse cenário de contradições do sistema capitalista que ressurgem iniciativas da sociedade civil organizada engajadas na construção de alternativas de organização social e laboral com intuito de enfrentar a exclusão social. Nesse processo o microcrédito passa a ter um papel fundamental na medida em que contribuiu para democratizar o crédito, permitindo, inclusive, que os indivíduos da base da pirâmide social viabilizassem suas atividades produtivas. De acordo com Moreira (et al, 2008), tais iniciativas mobilizam as energias sociais em espaços de pequena escala e implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, bem como a viabilidade econômica e as condições de vida da população,

pois nesse processo os diversos segmentos dos mercados, do estado e da sociedade civil se interagem de forma articulada e interdependente, e estão atentos para as dinâmicas a nível local, nacional e global.

Este trabalho tem como objetivo observar a importância do microcrédito ofertado pelo CEAPE de Feira de Santana para a referida cidade.

O artigo justifica-se pelo fato do microcrédito ofertado pelo CEAPE de Feira de Santana desempenhar uma função social para sociedade feirense.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo consiste em fazer uma introdução ao trabalho; o segundo constará de uma abordagem do tema microcrédito enfatizando o seu histórico no mundo e no Brasil, seu conceito, seus desafios e limites e possibilidades; no terceiro capítulo consta os aspectos metodológicos que constituem o caminho seguido para se chegar às respostas das questões levantadas no início do trabalho. Por último, será feita uma conclusão dos aspectos observados ao longo do trabalho.

2 MICROCRÉDITO: CONCEITOS

Muitas são as definições e conceitos sobre a concessão de créditos em pequenos valores.

O microcrédito é um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos e serviços de valores relativamente pequenos aos empreendedores de baixa renda, que vivem em geral, na economia informal e que difi-

cilmente poderiam obter empréstimos bancários. Esse tipo de empréstimo se diferencia dos demais, dada a sua finalidade produtiva (ALMEIDA, 2009). Microcrédito é “a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendimentos informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não oferecer garantias reais” (ALVES, 2010 apud BARONE et al, 2002, p.3).

Argumentação semelhante à supra-citada é a de Barone (et al 2002, p.17): “A finalidade deste crédito deve ser sempre para a produção, com o objetivo de gerar ou ampliar o capital de giro ou capital fixo.

As atividades de microcrédito ainda podem ser definidas como:

[...] a oferta de recursos financeiros de pequeno valor, em função das peculiaridades do público alvo, cuja finalidade é atender às necessidades de liquidez de pequenas unidades comerciais ou produtivas caracterizadas, normalmente, pela informalidade, reduzida produtividade, escassez de capital, dificuldade de oferecer garantias e exclusão do segmento bancário. (CHAVES, 2010, p.).

Abramovay e Junqueira (2008) destacam que a concessão de crédito, em pequenos valores, a grupos de estrato inferior de renda ocorrem por meio das microfinanças e o microcrédito. Para esses autores, o primeiro é comumente empregado para definir uma operação de empréstimo de pequenos montantes de recursos (em geral, até R\$ 500,00). Nesta modalidade não se

considera a possibilidade da captação da poupança local. Enquanto o segundo caracteriza-se pela possibilidade e incentivo à captação de poupança e investimento da população local atendida pelas organizações.

Mas, para Soares e Sobrinho (2008, p.23) microfinanças: é “a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

Já Pinho (2004) conceitua microcrédito como uma atividade do ramo da microfinança, e destaca que este se enquadra nas políticas públicas de superação da miséria e de geração de trabalho e renda desenvolvido pelo governo brasileiro nas suas três esferas (Federal, estadual e municipal) atuando mais como um instrumento de política social do que de política econômica.

Chaves (2010) elenca as seguintes prescrições para concessão de crédito:

- As taxas de juros devem ser negociadas com valores inferiores às cobradas pelas instituições bancárias, situação que pode gerar um trade-off¹ entre a viabilidade financeira e o alcance aos mais pobres.
- É necessária a apreciação informal dos demandantes e dos investimentos, exigindo a flexibilização de requerimentos burocráticos.
- Existência de garantias substitutivas, tais como o aval solidário que

¹ Trade-off: o mesmo que “escolha conflitante”. Ela se caracteriza em uma ação de escolha econômica que visa à resolução de problema mais acarreta outra, obrigando uma escolha. Ocorre quando se abre mão de uma coisa para se obter mais de outra.

tem a capacidade de reduzir o risco moral e a seleção adversa.

De acordo com Corsini (2007, p.58) o microcrédito apresenta algumas terminologias especializadas que são necessárias para compreender a sua dimensão. Algumas delas são:

- Crédito novo: é a primeira operação de microcrédito concedida ao cliente novo, realizada com o empreendedor ou a empreendedora que ingressa na carteira de clientes, recebendo também na comunidade do microcrédito, a denominação de crédito primário, expressões equivalentes.

- Crédito renovado: é o microcrédito concedido ao cliente após a quitação da primeira operação na ideia do crédito rotativo, renovável. O propósito de renovar as operações dos clientes é uma forma de proporcionar uma fonte permanente de recursos para financiar os empreendimentos a depender das suas necessidades financeiras, desenvolvimento do negócio e capacidade de pagamento das operações contratadas.

- Crédito em grupo: é a operação de microcrédito realizada para três a seis empreendedores ou empreendedoras, mediante a garantia do aval recíproco dos participantes do grupo solidário que se responsabilizam conjuntamente pelo pagamento do valor recebido.

- Crédito para capital de giro: é o empréstimo que tem como finalidade o financiamento de necessidades de curto prazo das atividades dos empreendimentos, geralmente utilizado para aquisição de mercadorias, matérias-

primas, insumos, pagamento de mão de obra e outras despesas das iniciativas financiadas.

- Crédito para investimento: é o empréstimo que se caracteriza pela utilização na aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e ferramentas, bem como na reforma e ampliação do local de trabalho. O investimento representa a imobilização de recursos no estabelecimento, geralmente destinado a aumentar a capacidade produtiva do empreendimento.

- Grupos solidários: são grupos formados por empreendedores e empreendedoras, proprietários de pequenos empreendimentos, que gozam de boas relações de amizade, trabalham ou moram geograficamente próximos e são pessoas interessados no microcrédito.

Embora haja diferenças superficiais a respeito do conceito do microcrédito na visão dos autores, pode inferir que é consenso entre eles quanto ao fato do microcrédito ser concedido àqueles que se encontra em situação de vulnerabilidade social e que não contam com o apoio da banca privada.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO NO MUNDO

Ainda que a primeira experiência de microcrédito, concebida como poderoso mecanismo de erradicar a pobreza tenha ocorrido em 1976, há controvérsias na literatura, quanto ao período exato do seu surgimento. A primeira experiência de microcrédito surge em 1846 na Alemanha com Frienderich

Raiffeisen. Raiffeisen criou uma associação juntamente com os agricultores do município de Flamersfeld, que buscaram na alternativa cooperativista a maneira de eliminar a agiotagem que imperava na região, trazendo a hipoteca de suas propriedades e benfeitorias e da penhora de seus semoventes (SILVA, 2011).

A partir do pioneirismo de Raiffeisen, Herman Schulze criou as sociedades de crédito urbano, a fim de atender às necessidades de crédito da população e amenizar as dificuldades das pessoas, em uma época que não havia amparo legal aos trabalhadores. A primeira fundada por Hermann Schulze – ou bancos populares, 1850 na cidade Delitzsch era uma caixa de socorro que atendia em especial a casos de morte ou doenças graves (SCHNEIDER, 2006).

A experiência de microcrédito mais conhecida internacionalmente foi desenvolvida em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. Em 1976 o professor de economia da Universidade de Chittagong Muhamed Yunus, percebendo que apesar do seu entusiasmo para ensinar teorias econômicas, não encontrava nelas respostas para a solução de problemas reais de seu país, onde as pessoas morriam de fome silenciosamente. A partir de então, Yunus decidiu descobrir a economia da vida real, pesquisando com seus alunos o que se passava na pequena aldeia de Jobra, localizada nas proximidades dos campos de Chitagong (BANCO DO POVO, 2010).

Com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o professor Muham-

mad Yunus patrocinou um projeto de concessão de empréstimos a certa parcela da população pobre daquele país, cedendo 27 dólares para um grupo de 42 pessoas.

Apesar das leis mulçumanas que proíbem as cobranças de juros e que delegam aos homens as decisões familiares, Yunus optou por emprestar dinheiro para mulheres de forma associativa e solidária, preferencialmente. Segundo Greve (2006) essa ação conduziu grande alvoroço na aldeia, por causa dos maridos, que não se conformavam em perder o lugar de cabeça da casa, e com os agiotas que não se conformavam em perder o mercado.

Atualmente, a proposta do banco de Yunus, o *grameem bank*, encontra-se em vários países e é conhecida como microcrédito, e desempenha um papel salutar no combate a pobreza além de agir na promoção da inclusão social.

Na América latina, notadamente na Bolívia, uma das experiências mais relevantes é a do S/A BancoSol (Banco da Solidariedade). Nesse país, o microcrédito surgiu como uma abordagem social e adquiriu, ao longo dos anos, um caráter empresarial. Em 1986, através de uma organização sem fins lucrativos, denominado fundação para a promoção do desenvolvimento da microempresa/PRODEM começou suas atividades. O capital inicial para as operações originou-se de doações feitas por organizações internacionais, governos e empresas locais. Essa experiência abriu caminho para o surgimento em 1992 do primeiro banco comercial com bases lucrativas, com foco, exclu-

sivamente, em microcrédito (BARONE et al, 2002).

2.2 DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Semelhantemente ao ocorrido na Europa, a origem e a história recente do microcrédito no Brasil apresenta relação direta com a desigualdade na distribuição de renda e riqueza.

O Brasil foi um dos primeiros países, no mundo, a experimentar o microcrédito no setor urbano. A primeira experiência de microcrédito ocorreu no Rio Grande do Sul por iniciativa do padre jesuíta Theodor Amstad. O clérigo nascido na Suíça, antes de criar a primeira cooperativa de crédito, em 1900 fundará também a associação de agricultores na comunidade feliz, e contou aproximadamente com vinte mil pessoas para realizar o seu intento (SCHNEIDER, 2006).

Já a primeira experiência de microcrédito para o setor informal urbano no Brasil, segundo Almeida (2009) ocorreu em Recife e Salvador. “A *Accion International (AITEC)* e bancos de Pernambuco e da Bahia criaram, em 1973, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que era uma associação civil, sem fins lucrativos, especializada em crédito (ALMEIDA 2002, p.53)”.

O referido autor ainda destaca que, paralelamente à concessão de crédito, a UNO capacitava os clientes para o gerenciamento básico de seus negócios, além de produzir pesquisas sobre o perfil dos microempresários informais.

A metodologia dos grupos, que utiliza aval solidário, foi replicada no Brasil a partir da experiência da *Accion internacional* e de organizações não governamentais colombianas. A primeira experiência em porto alegre, 1987, com o CEAPE/RS, CRIADO na condição de organização não governamental (BARONE et al, 2002).

Em 1990 foi criada a federação nacional de apoio a pequenos empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE nacional. Os CEAPE's estão articulados na rede CEAPE, de forma independente, mas adotam a mesma metodologia de crédito produtivo e orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional, principalmente do setor informal (BARONE et al, 2002).

Em 1989 com apoio do fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e do BID, o banco da mulher/Seção-Bahia, inaugurou seu programa de microcrédito utilizando a metodologia específica para esse público. O banco atendia, primordialmente, ao público feminino, tendo incorporando em épocas posteriores a clientela masculina (BARONE et al, 2002).

No Rio de Janeiro por iniciativa do Movimento Viva Rio, foi criado o Viva-Cred com objetivo de conceder crédito aos microempreendimentos de propriedade de pessoas, de baixa renda das comunidades carentes. O *funding*² do

² Funding: o mesmo que consolidação financeira das dívidas de curto prazo num prazo adequado à maturação dos investimentos e sua amortização.

VivaCred foi formado com recursos provenientes do BID, BNDES e Fininvest. Os empréstimos são destinados tanto para capital de giro, quanto para capital fixo (BARONE et al, 2002). Já o CrediAmigo³ é o programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Criado em 1998, com o objetivo de “oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo” (BARONE et al, 2002, p.17).

2.3 O PERFIL DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, a relação das operações de crédito/PIB, encontra-se aquém das necessidades de nossa economia e, apesar da substancial expansão observada nos últimos anos, é ainda limitada para o nosso desenvolvimento. Além de participação diminuta, o crédito tem sido muito seletivo, privilegiando sempre os mesmos agentes: grades empresas, pessoas físicas de maior poder aquisitivo e regiões mais desenvolvidas (DESENBAHIA, 2011).

Dowbor (2006) relata que a poupança do país, que atinge cerca de 20% do PIB, não é canalizada para financiar iniciativas de desenvolvimento, e sim para financiar atividades especulativas. No entanto, o crédito destinado a financiar projetos de desenvolvimento

econômico e social é muito baixo, e os juros são proibitivos. Como destaca Singer:

Falta crédito para a expansão da agricultura ecológica, para o desenvolvimento de centenas de empresas recuperadas pelos seus ex-empregados organizados em cooperativas e por milhares de micro e pequenas cooperativas de artesãos, recicladores de lixo, pescadores, garimpeiros, costureiras e etc (SINGER, 2007, p.3)

Além das atividades de microcrédito estar num estágio muito inferior ao seu potencial, cujos demandantes giram em torno de 35 milhões de clientes, apresentam dificuldades de massificação, por que:

[...] o Estado tem sido ineficiente, quando não absolutamente inocente, em seu esforço para fomentar a expansão dessa atividade ao setor produtivo, não conseguindo implantar políticas que conquistem a atenção do setor privado para financiar de forma massiva os produtores pobres (DESENBAHIA, 2011, pg.56).

De acordo Alves (2010) o fato de o país apresentar uma oferta de crédito reduzida e socialmente concentrada, o impede de crescer economicamente e de gerar riquezas para as famílias. “Concomitantemente, representam problemas que dizem respeito a equidade das oportunidades para população brasileira no que tange a formação de capital físico e de desenvolvimento humano (ALVES, 2010, p.51)”

³ O CrediAmigo trabalha com a metodologia de grupos solidários e, concomitantemente à concessão do crédito, oferece capacitação gerencial para tomadores. Toda operacionalização do programa, incluindo assessores de crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do banco (BARONE et al, 2002, p.17).

O que tem inviabilizado “o setor” de microcrédito no Brasil atingir magnitude, segundo Barone (et al, 2002) é o fato das instituições que ofertam microcrédito estarem enfrentado deficiências de gestão, e isso perpassa por questões como: falta de visão de futuro, pouco conhecimento de estratégias de mercado, de sistemas de informação contábil operacional e gerencial, e até mesmo, por formação insuficiente de recursos humanos. Além disso, acrescenta o autor, “a produtividade dos agentes de crédito ainda é muito baixa na maioria das entidades, o que significa que as tecnologias de microcrédito ainda não estão consolidadas e disseminadas (BARONE et al, 2002, p.8)”. Para que o microcrédito expanda-se e atinja um grau consideravelmente satisfatório, compatível com a grandeza do país, será de suma importância a participação de novos atores, da elaboração de novas normas regulatórias, bem como mudança de postura de alguns agentes, considerados elementos-chave, no que diz ao modo de pensar e agir (DESENBAHIA, 2010).

2.4 DESAFIOS DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

De acordo com Singer (2003) a concessão de empréstimos feita pelas instituições financeiras visa atender somente pessoas físicas e jurídicas em que seus depósitos passivos e ativos são mais que suficiente para que o *spread* bancário⁴, destas posições, possa

⁴ Spread bancário: pode ser entendida como a diferença entre a taxa de juro cobrada aos tomadores de

cobrir os custos de processamento da operação.

Assim, grupos de estrato inferior de renda dificilmente teriam acesso a crédito, pois são incompatíveis com a lógica e os interesses da banca privada.

A proposta de microcrédito se apresenta como uma alternativa aos grupos de estrato inferior de renda, em face da negativa impostas pelas instituições financeiras que atendem, sobretudo, ao público econômico mais aquinhoado. Com o microcrédito, grupos que compõe estratos inferiores de renda são amparados por um fundo de ajuda mutua formado por pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso ao crédito, e/ou por projetos alternativos solidários que tem por objetivo gerar emprego e renda (SINGER, 2002).

Porém, com o advento da financeirização o perfil de muitas instituições que concedem microcrédito tem se assemelhado bastante ao dos intermediários financeiros convencionais, muito embora mantenha o pragmatismo das iniciativas de microcrédito. A razão da ocorrência desse evento reside na alteração entre os atores do microcrédito e os intermediários financeiros privados e públicos, motivo que tem induzido muitos atores do cooperativismo de crédito a centralizar e burocratizar suas ações no intuito de alcançarem “ganhos e mais ganhos” de escala.

Os primeiros programas de microcrédito fracassaram na tentativa de

crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos.

utilizar a tecnologia de crédito tradicional e tentar compensar seus altos custos através de uma subvenção dos juros, justificada através da (presumível) incapacidade das microempresas arcarem com juros de mercado. Ademais, a cobrança da taxa de juros de mercado, representa uma redução de seus custos financeiros na proporção da diferença dos juros de mercado e aqueles praticados pelo setor financeiro informal, sua fonte tradicional de crédito (NITSH e SANTOS, 2001).

O problema da assimetria de informação, que ocorre quando os agentes de um lado do mercado não conhecem a conduta dos agentes do outro lado deste mesmo mercado, é a motivação que as instituições financeiras têm em cobrar elevadas taxas de juros para se precaver dos riscos (moral hazard). Este fato termina por prejudicar os menos afortunados, numa espécie de política do tipo: “por causa de alguns todos/muitos pagam”. Não obstante, a existência de informações imperfeitas e os custos elevados de transações no mercado impõem restrições de liquidez que afetam as decisões de consumo e investimento (ABRAMOVAY e JUNQUEIRA, 2008).

O microcrédito terá como desafio dirimir a problemática da assimetria de informações e, assim, evoluir a um patamar, no qual, suas instituições ofereçam recursos de forma permanente, com produtividade e com baixas taxas de juros. Ademais terá que reduzir também a burocratização nas operações com a reestruturação das linhas de crédito, o número de documentos e

realizar concessão de empréstimos sem o processo de comprovação de renda, e com isenção de tarifas, no caso de até 12 operações por mês (PINHO, 2004).

3 METODOLOGIA

Nesta seção está a metodologia utilizada no trabalho de investigação tanto nos aspectos relacionados ao entendimento da terminologia do microcrédito, quanto ao tipo e à natureza da pesquisa, a coleta, o processamento das informações e a análise dos dados. Este estudo investigou o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia, o CEAPE de Feira de Santana. O estudo consistiu numa pesquisa junto ao CEAPE de Feira de Santana, em que o diretor da referida instituição concedeu informações importantes sobre as atividades desenvolvidas pela instituição. Com a pesquisa, pretendeu-se também obter dados que demonstram os pontos que favorecem a tomada de empréstimos e entender as dificuldades encontradas pela instituição. Ademais, Informações como histórico dos empréstimos, proporção de clientes por gênero e aval solidário possibilitam visualizar a importância da referida entidade.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto ao seu objetivo, a presente pesquisa de cunho descritivo com enfoque quantitativo. Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis im-

portantes de pessoas, grupos e comunidades e etc.

No que tange aos aspectos quantitativos, trata-se de estudo que procura descrever as características de uma determinada situação, medindo numericamente as hipóteses levantadas sobre um problema. De acordo com Richardson (1989) apud Dalfovo et al (2008), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Ademais "possui como diferencial a intenção de garantir a precisão dos trabalhos realizados, conduzindo a um resultado com poucas chances de distorções" (DALFOVO et al, 2008, apud RICHARDSON, 1989, p.7).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CEAPE DE FEIRA DE SANTANA

O CEAPE/BAHIA é uma entidade civil, sem fins econômicos, constituída em Novembro de 1994, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Conta com a colaboração voluntária de pessoas vinculadas a representações de organizações empresariais e sociais de Feira de Santana.

Criada pela mobilização de um grupo de entidades da sociedade feirense com o objetivo de apoiar via créditos de pequena monta, pequenos empre-

endedores e empreendedoras da área urbana nas suas iniciativas econômicas.

Fundada com apoio da FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, apoiada por UNICEF em convênio com o MOC - Movimento de Organização Comunitária, institucionalizada para implementação do programa de microcrédito.

O CEAPE tem proximidade com as organizações de representação empresarial, ONGs de apoio ao desenvolvimento ou grupos comunitários e faz parte das organizações associativas que congregam as instituições de microcrédito - nacionalmente a Associação Nacional das Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (AB-CRED) e na Bahia a Associação Baiana de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABOMCRED).

A partir da matriz (Feira de Santana), estendeu as atividades aos pontos de atendimento de Alagoinhas, Salvador, Camaçari e Santo Antônio de Jesus que também conseguem chegar aos clientes dos municípios circunvizinhos.

O CEAPE Bahia iniciou suas atividades com recursos doados por UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescentes) e LBA (Legião Brasileira de Assistência). Obteve empréstimo do CEADE (Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento) e mais tarde veio obter recursos junto ao DISOP Bélgica/Disopbrasil, BNDES, BID e Desenbahia.

A instituição nasceu em Feira de Santana, firmou-se ao conceder microcréditos a pequenos negócios, possibilitando a expansão do programa para

novas cidades, sob a forma de grupos solidários ou empréstimos individuais. Atualmente atende a mais de 4.000 clientes em mais de 60 cidades da Bahia.

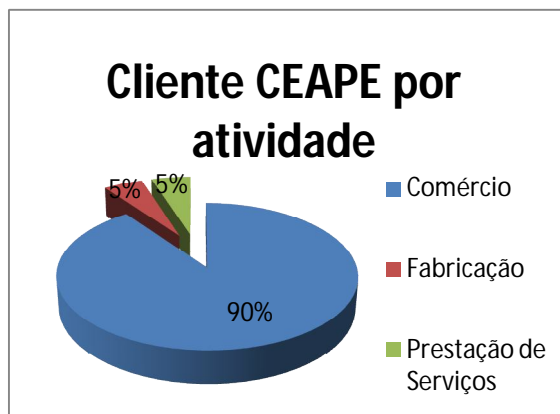
A entidade concedeu ao longo da experiência (até Outubro de 2012) 94.904 créditos que beneficiaram a 22.841 empreendedores e empreendedoras ao liberar um montante, em valores históricos, equivalente a R\$122.982.815. Se atualizados os valores nominais pela inflação, certamente ultrapassa a casa dos 170 milhões de Reais.

Em geral o microcrédito tem uma média de R\$2.000,00 por crédito a cada empreendedor, fato que torna as operações dispendiosas, uma vez que tem necessidade de atenção personalizada para a sua concretização.

4.2 O CRÉDITO DO CEAPE FEIRA DE SANTANA

De acordo com os dados obtidos junto ao pelo CEAPE de Feira de Santana, as atividades financiadas pelo microcrédito apresentam grande diversidade. Mas, estas são majoritariamente representadas pelo comércio (90%), fabricação (5%) e prestação de serviços (5%). São atividades produtivas, em geral de porte reduzido, mas consideradas lícitas e socialmente importantes para a comunidade.

Figura 1 Cliente por atividade do CEAPE Feira de Santana – BA



Fonte: elaborado pelo autor (2012) com base nos dados do CEAPE (2012)

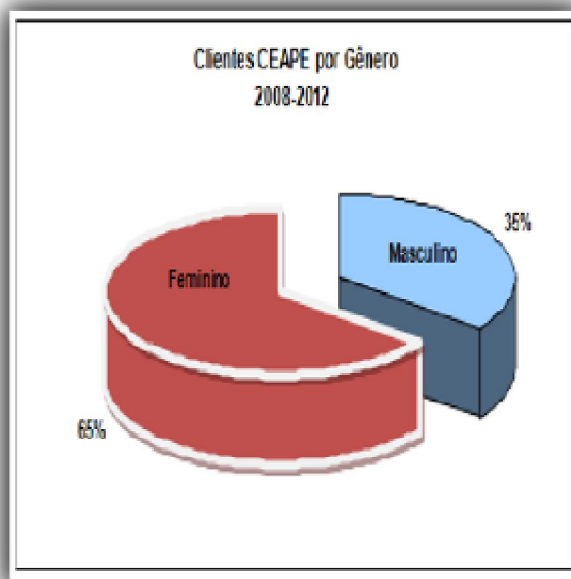
As atividades econômicas concentram-se naquelas relacionadas ao comércio e geralmente necessitam de pouco capital para investimento. Em geral, essas atividades possuem maior precariedade nas condições de estrutura e funcionamento; utilizam processos tecnológicos intensivos em mão de obra, cuja base é familiar; produzem ou comercializam artigos como roupas, calçados, cintos, bolsas, alimentos, materiais de limpeza, bijuterias ou produtos artesanais em cerâmica, tecido e madeira. Já os serviços, suas atividades estão concentradas em salão de beleza e pequenas oficinas de consertos.

A estrutura dos negócios, em geral, é simplificada, permitindo maior flexibilidade para acompanhar a tendência do mercado, adaptando-se com maior facilidade a novos produtos e às sazonalidades nas vendas.

Na carteira de clientes do CEAPE predomina a presença das mulheres, chegando a 65% dos clientes, enquanto

os homens participam com 35%. Esta situação se assemelha a de outras instituições que atuam no ramo de microcrédito como o CEADE e o Crediamigo do banco do nordeste.

Figura 2 Clientes por gênero atendidos pelo CEAPE



Fonte: elaborada pelo autor (2012) com base nos dados do CEAPE (2012)

A predominância de mulheres em participação na demanda de crédito está também associada a mudança do papel da mulher na sociedade. Outrossim, o homem era o principal provedor do lar. Hoje, esse processo está se remodelando.

Quando o assunto é fortalecimento do capital de giro dos pequenos empreendimentos este é o principal motivo da demanda por microcrédito. A metodologia que sustenta o microcrédito, baseada na oferta de créditos de pequenos valores monetários e com retorno em prazos curtos atende mais adequadamente às demandas por capi-

tal de giro do que as voltadas para investimentos. Em condição secundária vem à busca por melhorias no empreendimento ou outras finalidades nem sempre explicitadas.

No decorrer dos últimos cinco anos a instituição liberou 39.176 créditos, financiando um montante de R\$ 69.682.823,00 em valores históricos.

Tabela 1 Valores desembolsados jan./2008 a out./2012

Jan 2008 a out 2012		
Ano	Nº Créditos liberados	Valor liberado
2008	7.676	R\$ 10.208.705,00
2009	6.843	R\$ 10.977.195,00
2010	8.091	R\$ 15.377.174,00
2011	8.930	R\$ 18.029.019,00
2012	7.636	R\$ 115.090.730,00
Total	39.176	R\$ 69.682.823,00

Fonte: CEAPE 2012

Em 2008 e 2009 o valor de crédito liberado pelo CEAPE, em relação a 2010, 2011 e 2012 (até outubro deste ano) foi menor. Uma das explicações para esse fato está na crise econômica que se iniciou em 2008. Em face do temor dos agentes econômicos aos possíveis efeitos da crise, estes assumiram um caráter poupador, resultando no arrefecimento das atividades produtivas. Embora o governo reagisse contra a crise adotando políticas de estímulo econômico como: desoneração tributária (em determinados setores), redução das taxas de juros⁵, am-

⁵ As taxas de juros variam de acordo com a finalidade de aplicação dos recursos em prazos diferenciados. As taxas de juros cobradas variam de 2,9% a 4,6.

pliação dos gastos públicos, aumento do salário mínimo e etc., seus efeitos só foram sentidos com notoriedade a partir de 2010. Desse ano em diante, os resultados das políticas expansionistas surtiram efeito, provocando o aquecimento do comércio da região, aumentando as contratações e, consequentemente, a renda das famílias, propiciando assim um círculo virtuoso na economia. Tais questões refletiram na demanda por crédito junto à instituição.

Mas a instituição tem passado por algumas dificuldades, assim como outras organizações que implementam programas de microcréditos no Brasil:

- O setor está sob a influência estatal do Governo Federal sob a pretensão justificativa de praticar juros baixos iniciou um programa subsidiado a ser implementado pelos bancos públicos federais. O Governo Dilma desconheceu as experiências das Oscips. Entretanto, excetuando o Banco do Nordeste tanto a Caixa Econômica Federal quanto o Banco do Brasil não têm experiências mais consistentes na área.
- Custos elevados das operações, tendo em vista a necessidade de contar com a personalização do atendimento.
- A ausência de organização do segmento para dialogar com as organizações públicas ou privadas.
- Acesso muito limitado a recursos para apoio institucional e fundo de crédito para apoio às organizações sem fins lucrativos.
- Aumento do nível de endividamento das pessoas físicas, tornando as operações de riscos mais elevados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o CEAPE de Feira de Santana podemos destacar que ao ofertar crédito a pessoas de baixa renda a referida entidade tem cumprido uma função social relevante, na medida em que as metodologias utilizadas pelo CEAPE para concessão de microcrédito tem oportunizado o crédito para microempreendedores. Ademais, iniciativas como a do CEAPE tem o potencial de restaurar laços e vínculos sociais fortemente comprometidos pelas condições sociais aviltantes, através de um novo tipo de relação com o dinheiro e organização da vida econômica local.

No que tange aos problemas enfrentados pela CEAPE, estes residem no fato de organizações como o CEAPE pautar suas ações em estratégias adotadas, historicamente, por bancos de desenvolvimento, como o subsídio para financiamento de suas atividades. Os subsídios não garantem a sustentabilidade das organizações financeiras, seja esta sustentabilidade entendida no âmbito financeiro ou no social (ABRAMOVAY E JUNQUEIRA, 2008).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R; JUNQUEIRA, R. G. P. A sustentabilidade das finanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, SP, v.40, n.1, p.19-33, jan.-fev.-mar., 2008.
- ALMEIDA, A. M. **A inserção das microfinanças na globalização financeira: o microcrédito, uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentável.**

Salvador, Dissertação de Mestrado da Fundação Visconde de Cairú, 2009. Disponível em: <http://www.ceppev.cairu.br/mestrado/dhrs/dissert_resumo.php?cod=3>. Acesso em: 14 dez. 2012.

ALVES, W. **Microcrédito no Brasil: capital, trabalho e o ambiente**. [2010]. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2010/6_51-56-vag.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

ANDRADE, D. L. A reestruturação produtiva do capital e seu rebatimento na democracia. [2011] Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/.../A_REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_DO. Acesso em 15 de outubro 2012.

BANCO DO POVO PAULISTA DEZ ANOS. **Muhammad Yunus o banqueiro dos pobres**. [2006]. Disponível em: <http://www.bancodopovo.sp.gov.br/statico/arquivos/bpp_download_005.pdf>. Acesso em: 14 out. 2012.

BARONE, F. M.; LIMA, F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília, DF, conselho da comunidade solidária, 2002.

CHAVES, S. S. **Panorama do microcrédito no Brasil**. [2010]. Disponível em: <<http://www.apec.unesc.net>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CORSINI, J. N. M. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estuda da experiência ao centro de apoio aos pequenos empreendi-mentos da Bahia - CEAPE/BAHIA**. [2007]. Disponível <www.mte.gov.br/pnmpo/micro_insercao_social_cidadesbaianas.pdf>. Acesso em 14 março 2012.

DE PAULA, J. **Políticas de apoio ao desenvolvimento local**. [2008]. Disponível em: <dowbor.org/crise/politicaspoidl_juarezdepaula.doc>. Acesso em 02 dez. 2012.

DESENBAHIA. Revista Desenbahia, vol.8, n.15, set. 2011. Salvador: Desenbahia solisnuna, 2011

DESENBAHIA. Revista Desenbahia. Vol.4, n.9, mar. 2008. Salvador: Desenbahia solisnuna, 2008.

DESENBAHIA. Revista Desenbahia, vol.15, n.10, mar.2009. Salvador: Desenbahia solisnuna, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **Redes de apoio ao desenvolvimento local**. [2006]. Disponível em: <dowbor.org>. Acesso em: 16 nov. 2012.

FREITAS, L. K. G. **Programas de microcrédito e desenvolvimento: uma discussão necessária**. (trabalho apresentado no XI congresso brasileiro de sociologia). Universidade de capinas, setembro de 2003.

GREVE, C. M. F. **CrediBahia: O programa de microcrédito no estado da Bahia**. Disponível em: <unpan1.un.org/intradoc/groups/public/.../UNPAN005469.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

LIMA, A. C. da C.; LIMA, J. P. R. **Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da "guerra fiscal"**. *Revista economia e sociedade*, v.19, n.3, dez. 2010.

LIMA, J. R. de O. **O processo de orientação econômica para o desenvolvimento local sustentável: um caminho que perpassa necessariamente pela economia solidária**. [2012]

Disponível em: < www.uel.br/pos/.../-121_LIVRO%20ECONOMIA%20SOLIDÁRIA> Acesso em: 17 dez. 2012.

LOPES, V. Um novo padrão de desenvolvimento possível. Disponível em: www.desenbahia.ba.gov.br/.../0906201111037031_Artigo%203.pdf.

Acesso em: 27 novembro 2012.

NASCIMENTO, C. J. S. **Caracterização das relações formais e informais no mercado de trabalho de Feira de Santana**. Salvador: UFBA, 1996. 141 f. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 1996.

NITSCH, M.; SANTOS, C. Da repressão financeira ao microcrédito. **Revista de economia política**, v. 21, n.4, out/nov. 2001. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/84-10.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2012

SANTOS, V. da S. **O microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socioeconômico**. Taubaté, UNITAU, 2006. 203 f, trabalho monográfico, Universidade de Taubaté, 2006. Trabalho de conclusão de curso.

SCHNEIDER, E. P. **Cooperativismo de crédito organização sistêmica. Ênfase no sistema SICRED**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SILVA, C. M. F. **As múltiplas faces da exclusão na política de microcrédito para geração de emprego e renda**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011.

SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Por um sistema financeiro social. **Folha de São Paulo**, n.10, 2007.

Disponível em: <<http://criticasocialista.wordpress.com/artigos-do-paul-singer/um-sistema-financeiro-social-paul-singer/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SOARES, M. M. SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **O papel do banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2008.

SOUZA, M. C. G. F. **O desenho do programa crédiamigo do Banco do Nordeste**. Ceará: Banco do Noredeste, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo recebido em 05 de janeiro de 2015.

Aceito em 03 de agosto de 2015.